

Presidente do BC revela bases do acordo

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O Brasil se dispõe a depositar de imediato no Bank of International Settlements (BIS) — o banco central dos bancos centrais, localizado na Basileia, Suíça — o equivalente a um mês de juros da dívida externa contraída com os bancos privados e que corresponde a cerca de US\$ 480 milhões. Por seu lado, os credores envolvidos na negociação terão de efetuar depósitos na proporção de dois terços, o que significa algo em torno de US\$ 960 milhões.

Essas são as bases do acordo com o comitê assessor da dívida externa brasileira e com o governo norte-americano para evitar a reclassificação dos créditos concedidos ao País pelos bancos dos Estados Unidos como "value impaired" — valor prejudicado — por parte da Interagency Country Exposure Risk Committee (ICERC), conforme exposição que o presidente do Banco Central, Fernando Milliet de Oliveira, fez ontem à tarde a quatro senadores da Comissão da Dívida Externa.

O encontro ocorreu no gabinete do presidente da comissão, senador Carlos Chiarelli, e foi relatado pelos próprios parlamentares. No curso da negociação da proposta de reestruturação da dívida externa, segundo entendimentos que também já estariam acertados entre os negociadores, o Brasil admite ampliar o depósito para US\$ 1,5 bilhão até o final do ano, desde que os credores privados compareçam com a contrapartida na mesma proporção dos dois terços que, neste caso, representaria US\$ 3 bilhões.

A mecânica do depósito vai envolver um contrato com uma série de condições, todas atreladas ao processo de renegociação da dívida; serão estabelecidas datas-limite para que o acordo com os bancos

apresente uma evolução significativa; e, do ponto de vista ainda jurídico, haverá uma cláusula deixando claro que o Brasil terá o direito de dispor da dívida em depósito sempre que não estiver sendo cumprido o cronograma de entendimentos preestabelecido com o comitê assessor da dívida externa.

FMI

O presidente do Banco Central, no entanto, fez questão de dizer que os acordos em torno do depósito não passam pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). "Não há nenhuma aceitação do governo brasileiro de vinculação do FMI com a dívida bancária", disse ontem Milliet em seu gabinete a três representantes da imprensa e, segundo relato dos parlamentares da Comissão da Dívida Externa, o mesmo discurso foi em seguida repetido aos senadores.

"Na montagem do acordo com os bancos privados, eu não posso prometer ir ao FMI, pois o objetivo é ter uma solução adequada à dívida com os bancos, correspondente a dois terços da totalidade de nossa dívida externa que nós queremos resolver com um acordo desvinculado", disse Milliet.

Ele, no entanto, admitiu muito claramente a possibilidade de o País recorrer em um segundo momento — depois de definidos os termos do acordo com os bancos — ao FMI se disso depender a entrada de dinheiro novo no Brasil.

Citou, especificamente, os recursos do fundo criado pelo governo japonês (no montante de US\$ 30 bilhões) para serem aplicados exclusivamente em projetos nos países em desenvolvimento e cuja liberação, da parte do Japão, está sendo condicionada a um acordo do tipo "stand by", na base do monitoramento, da parte do FMI.

"Esse dinheiro novo viria para financiar a retomada da economia do País

e, se esse acordo (com os japoneses, passando pelo FMI) não for colocar em risco o acordo já feito anteriormente com os bancos, não vejo problemas", disse Milliet.

NEGOCIAÇÃO

"As indicações que tivemos do presidente do Banco Central mostram que as negociações estão bem encaminhadas", opinou o senador Virgílio Távora, do PDS-CE, um dos membros da Comissão da Dívida Externa do Senado que participou do encontro com Milliet. Tanto ele, quanto o presidente da comissão, senador Carlos Chiarelli, declararam ter ouvido de Milliet que a ida ao FMI, nesse processo de negociação com os bancos, está fora de cogitação.

O senador Chiarelli, do PFL-RS, disse ter ouvido do presidente do Banco

Central a informação de que o valor em depósito a ser retido da parte do Brasil e dos bancos já estava definido e que agora as conversações prosseguiriam apenas em torno do disciplinamento regulamentar do depósito, que, segundo o parlamentar, deverá ser efetuado já na semana que vem. A contrapartida dos bancos, conforme acenou o próprio Milliet à imprensa, não precisa necessariamente ser depositada no mesmo momento: "Existem, na outra ponta, setecentas instituições que precisam de algum tempo para calcular a proporção que lhes cabe em função dos créditos que têm".

A partir da próxima semana, o grupo de brasileiros — chefiado pelo assessor especial do ministro da Fazenda, Fernão Bracher — dará início à etapa fun-

damental do processo de renegociação da dívida, com vistas a uma reestruturação de longo prazo. A proposta brasileira centra-se em dois planos básicos. Um deles é o compromisso da parte dos bancos de refinanciar automaticamente uma parcela dos juros que lhes são devidos no período 1987 (US\$ 4,3 bilhões), 1988 (US\$ 3 bilhões) e 1989 (US\$ 3,1 bilhões), no total de US\$ 10,4 bilhões. Diante disso, o Brasil assegura a retomada do pagamento em dia do serviço da dívida aos bancos privados internacionais.

TETO DE JUROS

Em outro plano, o governo brasileiro leva a proposta de fixação de um teto nos juros a serem desembolsados a partir de 1989. "O episódio da semana passada (Milliet referia-se à brusca queda observada nas bolsas de valores dos principais países industrializados) deixa claro que estamos certos."

A idéia do teto nos juros

surgiu como meio termo entre a intenção inicial brasileira de trabalhar com juros fixos — "isto os bancos não podem fazer na medida em que falamos de empréstimos de longo prazo" — e a modalidade da taxa fluante que rege os termos dos acordos negociados anteriormente.

"Se o juro subir acima de um determinado nível, o excedente seria automaticamente capitalizado", informou Milliet sem especificar esse nível, mas indicando, a título de exemplo, que uma alta de 3 ou 4 pontos percentuais acima das taxas de hoje já seria tratada como algo além do teto de referência. Paralelamente, fica mantida a sugestão que se pretende oferecer aos bancos para que troquem parte de seus créditos junto ao Brasil por títulos de longo prazo.

Além de Chiarelli e de Virgílio Távora, os senadores Aluizio Bezerra, (PMDB-Ac) e Odacir Soares do (PFL de RO), também estiveram com Milliet no Senado. O presidente do Banco Central foi, na verdade, apresentar justificativas ao pedido de adiamento, por uma semana, para seu depoimento na Comissão da Dívida Externa do Senado, que deveria ocorrer hoje.

Na hora do almoço, o presidente do Banco Central recebeu em sua residência oficial quatro outros senadores: Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), José Richa (PMDB-PR), Mendes Canale (PMDB-MS) e Almir Gabriel (PMDB-PA), em um encontro que estava marcado há algum tempo. Falou-se de reforma tributária e até do pantanal de Mato Grosso, e pouco tempo foi gasto com a questão do acordo externo.

A saída, José Richa deu seu testemunho de que nada tem contra o Brasil ir ao FMI: "Eu não tenho este preconceito, tudo depende dos termos do acordo". Já o senador Mendes Canale lembrou as palavras de Tancredo Neves de que "jamais colocaríamos em risco o crescimento nacional" e manifestou-se totalmente contrário a um entendimento com o FMI.